

PODER

Corregedor do Senado na mira

STF inclui senador Roberto Rocha no rol de investigados no inquérito que apura possível desvio de emendas parlamentares

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu pela inclusão do senador bolsonarista Roberto Rocha (PTB-MA) no rol de investigados do inquérito que apura o possível desvio de emendas parlamentares por parte de congressistas maranhenses. Desde 2017, Rocha é o titular da Corregedoria Parlamentar do Senado, órgão responsável por manter o decoro e a disciplina na Casa.

A investigação é a mesma que levou a Polícia Federal a realizar uma operação de busca e apreensão em endereços ligados a três deputados federais do PL, o partido de Jair Bolsonaro, em 11 de março. Naquele dia, um dos alvos foi o deputado Josimar Maranhãozinho (PL) — em dezembro de 2021, se tornaram públicas imagens dele manuseando uma grande quantidade de dinheiro, que, de acordo com a PF, são fruto do desvio de emendas parlamentares.

A decisão de Lewandowski foi

baseada numa manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR). O órgão passou a defender a inclusão do corregedor do Senado na investigação após relatório da Polícia Federal mostrar menções ao nome de Roberto Rocha em documentos trocados pelo grupo que seria responsável pelo desvio das emendas. O caso ficou sob a relatoria de Lewandowski por ele já ser o relator de outro inquérito sobre Josimar Maranhãozinho.

Na troca de mensagens de WhatsApp entre os suspeitos, o nome de Roberto Rocha é mencionado em anotações e em tabelas de valores que também trazem o nome de municípios maranhenses. Uma das tabelas tem por nome "Roberto Rocha" e três colunas identificando data, município e valor.

Os valores mencionados somam R\$ 980 mil, ao lado dos nomes "Magla", "Bela Vista" e "Milagre do MA". O estado tem os municípios de Bela Vista do Maranhão e de Milagres do Maranhão.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador Roberto Rocha nega irregularidades sobre o caso e culpa adversário político

Em outra imagem, uma tabela intitulada "Rocha" traz os nomes "Milagre", ao lado da cifra de R\$ 32 mil; e "Barreirinhas" com o valor de R\$ 55 mil. O último nome

pode ser uma menção ao município maranhense homônimo, localizado na região dos Lençóis.

Segundo a PF, o esquema seria abastecido com o desvio de

verbas das emendas parlamentares destinadas à área da Saúde. Ainda segundo o inquérito, o processo aconteceria por meio de contratos com empresas de

fachada — a PF acredita que os valores seriam destinados a Josimar Maranhãozinho e aos outros dois deputados investigados. Eles negam irregularidades.

Procurado pela reportagem, Roberto Rocha negou envolvimento com o caso e atribuiu a menção no inquérito ao "meu adversário comunista", referindo-se ao atual governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB). Em fim de mandato, Rocha deve disputar a reeleição para o Senado numa disputa contra Dino, que é pré-candidato ao cargo.

Em nota, a assessoria de imprensa do senador disse que ele "não teve conhecimento oficialmente sobre o fato" — a investigação corre em sigilo no STF. Ainda segundo a assessoria, Rocha só conhece Josival Cavalcanti da Silva, o Pacovan, um dos participantes da troca de mensagens do grupo, "como um empresário do Maranhão, com quem não tem nem jamais teve qualquer relação comercial".

DITADURA

Gravações de Corte militar apontam casos de tortura

O advogado criminalista e pesquisador Fernando Fernandes e o historiador Carlos Fico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tiveram acesso a 10 mil horas de gravações de sessões do Superior Tribunal Militar (STM) que apontam a prática de tortura durante o período da ditadura militar (1964-1985). Os áudios inéditos divulgados pelo jornal *O Globo*

mostram conversas e relatos dos sete ministros da época sobre os episódios de tortura que chegavam para a análise do tribunal.

Em um dos áudios, o general Rodrigo Octávio relata, em 24 de junho de 1977, o aborto sofrido por Nádia Lúcia do Nascimento aos três meses de gravidez. Na gravação, ele defende a apuração do caso. Ela teria sofrido

"castigos físicos" em um dos Doi-Codis, órgãos de repressão política sob comando do Exército que agiam nos estados, no combate à oposição ao regime. O ministro relata ainda que Nádia e o marido sofreram "choques elétricos em seu aparelho genital".

"Na defesa das salvaguardas dos direitos e garantias individuais, expresso no artigo 153, parágrafo 14 da emenda constitucional 69, como consequência não só de nossa evolução política, lastreada em secular vocação democrática e formação

humanística, espírito cristão, com o compromisso assumido na Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovado em resolução da terceira sessão ordinária da Assembleia das Nações Unidas, tais acusações, a meu ver, devem ser devidamente apuradas através de competente inquérito, determinado com base no inciso 21 do artigo 40, da lei judiciária militar, Decreto Lei 1.003 de 69", afirma o general.

De acordo com Fernandes, os julgamentos obtidos não são apenas políticos e envolvem

supostos crimes ocorridos no meio militar. Há relatos de tortura com marteladas e choques elétricos em órgãos genitais.

"Os julgamentos não são só políticos, mas militares. Os áudios derrubam afirmações de que não houve tortura, mas também o mito que querem criar de que não havia corrupção no regime", contou Fernandes. "Havia inúmeros crimes militares. Esses áudios se confrontam com o negacionismo. Não só provam torturas, mas também corrupção entre militares."

As gravações obtidas pelos pesquisadores vão de 1975 a 1985. Em 2006, Fernandes pediu acesso ao material, mas o STM negou. O advogado recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). Cinco anos depois, a ministra Cármen Lúcia determinou a entrega do material, ordem que foi cumprida apenas após o plenário do Supremo confirmar o voto da ministra, em 2015.

Em breve, todo o conteúdo das 10 mil horas de gravações estará disponível em um site em fase de conclusão.

bsb
61+1
anos de
história

Venha conhecer a exposição em homenagem ao aniversário de Brasília. 62 capas do Correio Braziliense dos dias 21 de abril desde 1960.

Centro Cultural Banco do Brasil Brasília

SCES, Trecho 2 - Brasília/DF

Entrada gratuita.

21 de abril a 20 de maio

De terça a domingo, das 9h às 21h.

bb.com.br/cultura



www.correio braziliense.com.br

Realização

CORREIO
BRAZILIENSE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PARABÉNS, BRASÍLIA!
HÁ 62 ANOS NÓS NASCEMOS
E ATÉ HOJE CONTINUAMOS
CRESCENDO JUNTOS

